

Simpósio reuniu lideranças para dialogar sobre trabalho escravo

Condições degradantes de trabalho, violação de direitos fundamentais, ações que colocam em risco a saúde e a vida do trabalhador, jornada exaustiva e submissão ao esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho, manutenção da pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas e servidão por dívida. Esses são alguns dos elementos que caracterizam o trabalho escravo e que foram discutidos durante o I Simpósio Amazônico sobre a Valorização do Trabalho Decente e Justo na Cadeia da Palma de Óleo, no dia 14, organizado pela Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (ABRAPALMA). O debate aconteceu no Auditório do Cesupa, na Av. Alcindo Cacela.

O trabalho escravo é um ponto de fragilidade da Amazônia, que lidera esse ranking no Brasil, seguido de São Paulo e Minas Gerais. O presidente da ABRAPALMA, Marcello Brito, fez a abertura do evento, junto com o vice-presidente da associação, João Menezes, e o vice-reitor do Cesupa, Sérgio Mendes. Na ocasião, afirmou que o objetivo da associação é incentivar práticas que valorizem o trabalho decente e justo em todas as pontas da cadeia produtiva e elevar o nível das discussões entre pequenos, médios e grandes produtores. “O trabalho análogo ao escravo é uma das piores mazelas que uma sociedade pode oferecer ao mundo e, de um modo ou de outro, afeta o setor produtivo como um todo. É uma espécie de carimbo negativo, quase uma pecha, que não traz benefícios a ninguém”, declarou.

Entre as ações defendidas pela ABRAPALMA estão segurança e saúde do trabalhador, combate à discriminação, criação de oportunidades de trabalho mais igualitárias, liberdade de associação e abertura ao diálogo social. Essas e outras questões foram discutidas no Simpósio. O vice-reitor do Cesupa destacou o interesse da instituição em debater o assunto, sendo uma escola na Amazônia e que, portanto, não pode se eximir de abordar temas complexos da região.

O primeiro painel abordou a dimensão do trabalho humano no agronegócio paraense e contou com a presença da desembargadora do TRT8, professora Suzy Koury, com Leila Silva, coordenadora de enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho escravo da Sejudh, e José Cláudio Brito, professor do Cesupa. Suzy destacou a importância do evento ser organizado pela ABRAPALMA, já que o setor produtivo do dendê emprega cerca de 125 mil pessoas e, neste universo de trabalhadores, existem diversas situações degradantes de trabalho. Já Leila fez uma crítica pelo fato do debate não contar com a presença de nenhum representante dos trabalhadores.

Os outros painéis foram “A hora e a vez de extinguir o trabalho precário na Amazônia: da crítica para a busca de soluções viáveis” e “A valorização do trabalho decente e justo como premissa de desenvolvimento e avanço da cadeia da palma de óleo”. No primeiro participaram João Meirelles, diretor do Instituto Peabiru, Ida Oliveira, do Unicef, e Daniel Menezes, da OIT. E o segundo contou com Leandro Moraes, da OIT, João Menezes e Paulo Muçouçah, coordenador da OIT no Brasil dos Programas de Trabalho Decente e Empregos Verdes.

A plateia foi bastante participativa nos questionamentos ao final de cada painel. Foram 110 participantes, entre eles diversas autoridades representando ALEPA, TRT8, Faepa, Fetagri, Sedeme, entre outros.